



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

O frentismo cultural e a resistência à ditadura militar brasileira. Os exemplos-limite do Correio da Manhã e de Otto Maria Carpeaux

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i1.43053>

Eduardo Gomes Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil. E-mail: silva.eduardogomes.uem@gmail.com

Palavras-chave: Frentismo cultural; Ditadura Militar Brasileira; Correio da Manhã; Otto Maria Carpeaux.	O frentismo cultural e a resistência à ditadura militar brasileira. Os exemplos-limite do Correio da Manhã e de Otto Maria Carpeaux Resumo: Este artigo busca dialogar com o conceito de ‘frentismo cultural’, aliança de resistência à última ditadura militar brasileira a unir grande parte dos integrantes do PCB, intelectuais e artistas nos primeiros anos daquele regime (1964-1968). Dialogaremos, também, com uma dada construção social da memória sobre a ditadura, especificamente aquela forjada pela imprensa escrita, em seu duplo papel de fomentadora do Golpe e veículo de resistência à ditadura. O matutino fluminense Correio da Manhã e um dos seus principais editorialistas à época, Otto Maria Carpeaux, são aqui apresentados como representantes daquela frente, capazes tanto de ratificá-la quanto indicar os seus limites.
Key words: Cultural front; Brazilian military dictatorship; Correio da Manhã; Otto Maria Carpeaux.	The cultural front and the resistance to the Brazilian military dictatorship. The borderline examples of the Correio da Manhã and Otto Maria Carpeaux Abstract: This article aim to dialogue with the concept of ‘cultural front’, alliance of resistance to the Brazilian military dictatorship, which unified a large part of the Brazilian Communist Party (PCB), intellectuals and artists in the early years of that regime (1964-1968). We’ll also dialogue with a certain social construction of memory about that dictatorship, specifically that constructed by the press in your double role of promoter of the coup d’etat and locus of resistance to the dictatorship. The newspaper Correio da Manhã and one of its leading editorialists, Otto Maria Carpeaux, are presented here as representatives of that front, both capable of rectifying it and indicating its limits.
Palabras clave: Frente cultural; Dictadura militar brasileña; Correio da Manhã; Otto Maria Carpeaux.	El frentismo cultural y la resistencia a la dictadura militar brasileña. Los ejemplos limite del Correio da Manhã y del Otto Maria Carpeaux Resumen: Este artículo busca dialogar com el concepto de ‘frentismo cultural’, alianza de resistencia a la última dictadura militar brasileña, que unió gran parte de los integrantes del Partido Comunista Brasileño (PCB), intelectuales y artistas en los primeros años de aquel régimen (1964-1968). Dialogaremos también con una determinada construcción social de la memoria sobre la dictadura, específicamente aquella construida por la prensa, en su doble papel de fomentadora del Golpe y locus de resistencia a la dictadura. El periódico Correio da Manhã y uno de sus principales editorialistas, Otto Maria Carpeaux, se presentan aquí como representantes de aquel frente, capaces de ratificarla y de indicar sus límites.

Artigo recebido em: 28/05/2018. Aprovado em: 08/10/2018.

Introdução

Se, parafraseando o historiador da arte Ernest Gombrich, “as datas são cabides indispensáveis onde pendurar a tapeçaria da história” (GOMBRICH, 2015, p. 171), as efemérides talvez representem momento privilegiado para o historiador: tanto para a análise perspectivada do quadro histórico então ‘alinhavado’, quanto para a tessitura de um outro; este, a exemplo do confeccionado por Penélope, será desmanchado e também se transformará com a passagem do tempo e com o revisionismo que lhe é inerente.

Consideremos estas imagens com os olhos voltados para o ano de 1968. Mas, não descurando da importância deste ano para o contexto internacional (Praga, Saigon, Paris, Tlatelolco, só para citar alguns dos palcos de seus principais eventos), fixamo-nos no Brasil. É indubitável que o ano de 1968 seja considerado de fundamental importância para a periodização da última ditadura militar brasileira (1964-1985). ‘O ano que não terminou’, na rica expressão de Zuenir Ventura, foi aquele em que o recrutamento do aparato jurídico-militar do regime, materializado no 5º. Ato Institucional, veio à lume. Igualmente, foi o ano em que os mais variados setores da sociedade civil brasileira intensificaram as suas demandas e imprimiram uma oposição à ditadura que ultrapassou os limites de seu círculo de influência. Como principais exemplos: o assassinato do estudante secundarista Edson Luís e a resposta

pungente advinda com o grande ato político de seu enterro e de sua missa de sétimo dia, a reunir mais de 60 mil pessoas; a Passeata dos Cem Mil, encabeçada por grande parte da classe artística e intelectual daquele período; as greves dos siderúrgicos de Contagem/MG e dos metalúrgicos de Osasco/SP, as primeiras desde 1964; a resistência e negação da Câmara em autorizar que o governo processasse o deputado Márcio Moreira.

Passados cinquenta anos de 1968 e cinquenta e quatro do Golpe que lhe permitiu a existência, vivemos um momento paradoxal no que tange à historiografia e à memória sobre a última ditadura militar brasileira. O momento em que a relativização dos danos causados por aqueles governos ou mesmo o clamor por sua volta têm ganhado cada vez mais adeptos – mesmo dentro das universidades, dos centros de pesquisa e das redações –, é o mesmo em que sobressai uma hegemônica rejeição àquele período (NAPOLITANO, 2015), materializada no que dele trazem as páginas dos livros didáticos; nas instalação e execução da Comissão Nacional da Verdade e nos desdobramentos desta, universidades afora; no *mea culpa* de veículos da mídia que se promoveram e foram beneficiados pela ditadura; nos livros, memórias, filmes, minisséries e documentários sobre os chamados ‘anos de chumbo’.¹ Em grande parte

¹ O que não é paradoxal é o efeito que o processo de transição à democracia no Brasil exerceu e continuando exercendo entre os grupos e os indivíduos que defendem a volta dos militares ao poder, único país do último ciclo de ditaduras no Cone Sul que não julgou e/ou puniu seus verdugos.

dessas produções, 1968 figura como ponto de inflexão, de aprofundamento (GASPARI, 2002) ou, no limite, o início mesmo da ditadura. (VILLA, 2014 *apud* NAPOLITANO, 2015)

A produção e a disputa da memória acerca da última ditadura militar brasileira é vasta e data dos primeiros meses do Golpe de 1964, se considerarmos a publicação d'*Os idos de março e a queda de abril*, coletânea de artigos de jornalistas do *Jornal do Brasil* sobre os acontecimentos que precederam a derruba de João Goulart. (DINES et al., 1964) Dentre esta vasta literatura, e dado os limites deste artigo, destacamos os últimos trabalhos publicados por Marcos Napolitano, historiador que tem se dedicado a compreender tanto as dinâmicas da ditadura e da resistência a ela, quanto o processo de disputa da memória sobre aquele regime e sobre os modos de resistências a ele. (NAPOLITANO, 2014; 2015). Interessa-nos, aqui, dialogar com o que Napolitano denominou de ‘frentismo cultural’ (2014, p. 97 e ss.), qual seja, a aliança dos ‘setores democráticos’ contra a ditadura, a unir grande parte dos integrantes do PCB a intelectuais, artistas, editores, jornalistas e demais espectros progressistas em torno de um “breve e fulgurante ‘espaço público’” (p. 104); bem como dialogar com os limites encontrados por esta frente de resistência, eminentemente liberal, face ao recrudescimento da ditadura e à emergência da luta armada – cuja tática, segundo Napolitano, “se afastava tanto (e principalmente) da

oposição liberal quanto das táticas pecebistas (hegemônicas no campo artístico-cultural) de combate ao regime.” (p. 105)

Para além do papel do frentismo cultural na resistência aos primeiros anos da ditadura – alargando as análises de enfrentamento à ditadura que se dedicaram somente ao período pós-AI-5 do regime –, Napolitano é sensível ao acompanhar como setores e atores que integraram aquele ‘espaço público’ construíram, em contextos posteriores, uma dada memória acerca de sua atuação frente à ditadura – memória consoante à hegemônica rejeição a ele socialmente construída desde a década de 1970 mas, sobretudo, após a transição democrática.² Segundo Napolitano, ter feito parte do frentismo cultural permitiu a uma parte da imprensa liberal, por exemplo, se “autorrepresentar como um dos lugares privilegiados da resistência e, como tal, vítima do arbítrio” (2014, p. 223), a despeito de ter apoiado, ‘em bloco’ o Golpe de 1964.

Em diálogo com a conceituação de frentismo cultural e com o papel da imprensa liberal nele, gostaríamos de contribuir para o debate apresentando dois exemplos que, assim

² Marcos Napolitano esquadrinhou quatro fases da construção social da memória sobre a ditadura. (2015) A primeira fase, do Golpe a 1974, “marcada por experiências históricas matriciais que servirão de experiência primária para as construções e reconstruções posteriores no campo da memória”; a segunda (1974-1994), cunhada por Napolitano como “a construção da memória crítica”; a terceira (1995-2004), a das ‘leis memória’ e a política de Estado”; e, por fim, uma quarta fase (2003-2014), a dos “revisionismos ideológicos e historiográficos”. Completa a análise desta construção social da memória acerca da ditadura o recorte que Napolitano denominou de “‘febre memorialística’ e os 50 anos do golpe”.

acreditamos, possam aprofundar tal conceito, justamente por serem exemplos-limites e contrários a uma generalizada representação da imprensa liberal frente ao Golpe de 1964 e à inexistência de pontes com a luta armada de atores que integravam o frentismo cultural. Ao fazê-lo, reconhecemos que Napolitano apresenta nuances que distingue de análises menos familiarizadas ao *métier* historiográfico, em que prevalecem imagens estáticas e simplistas da “grande imprensa a favor do Golpe”, planificando interesses díspares e complexos no interior de certas empresas midiáticas e de seus atores naquele contexto. (e.g. SILVA, 2014)

Os caminhos do arquivo e o da verticalização analítica a esses exemplos-limites foram os percorridos no presente artigo, nominalmente nas figuras do matutino fluminense *Correio da Manhã* e de um dos seus mais importantes editorialistas, o austríaco-brasileiro Otto Maria Carpeaux. O primeiro, um jornal de cepa liberal, criado no início do século XX e que fora veículo atuante nos processos políticos do país ao longo daquele século. O segundo, um vienense de passado conservador que, fugindo do nazismo, aportou no Brasil em 1939 e dois anos depois debutava na imprensa brasileira, justamente através das páginas do *Correio da Manhã* – primeiro como crítico literário, depois como editorialista e responsável pela editoria internacional daquele jornal. Nos dois casos, exemplos incontestes de resistência à ditadura militar logo em seus primeiros dias de

implantação – muito anterior, portanto, ao aprofundamento discricionário daquele regime a partir do AI-5.

***Correio da Manhã*, Carpeaux e o Golpe de 1964**

Se imaginarmos uma lente grande-angular capaz de reter, através dos principais jornais do eixo Rio-São Paulo, uma única imagem do Golpe de 1964, o *Correio da Manhã* não fugiria ao enquadramento da ‘grande imprensa favorável à intervenção militar’. Teria mesmo uma posição de destaque naquele malfadado quadro, pois uma das razões de seus editoriais *Basta!* (de 31 de março de 1964) e *Fora!* (de 1º de abril) causarem grande impacto nos ‘idos de março’ pode ser atribuída ao rompimento que eles representaram à defesa da legalidade constitucional, historicamente apresentada pelo *Correio* como sua principal característica. (ANDRADE, 1991; LATTANZI, 2013). Em outras palavras, a cacofonia de suas mensagens às demais publicações da ‘grande imprensa’ brasileira daquele contexto alçaram *Basta!* e *Fora!* à categoria de legitimadores de um movimento eminentemente antidemocrático e, por isso, carente de legitimidade.

Entre os setores que se lançaram em prol da destituição de João Goulart da presidência da República, havia uma preocupação para que esse intento não fosse novamente obstruído, como ocorrera em 1961; daí a necessidade de legitimá-lo junto à

chamada ‘opinião pública’. (TAVARES, 2013)³ Em 1964, portanto, já era de pleno conhecimento que em 1961, além de metralhadoras e dos demais armamentos da Brigada Militar, uma outra importante arma de Brizola para a mobilização da população rio-grandense e do comando do III Exército para o cumprimento constitucional havia sido a transmissão, diuturna e em cadeia, de seus pronunciamentos e informes, emitidas a partir das rádios Guaíba e Farroupilha e retransmitidas através de mais de cem emissoras do próprio Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – a chamada ‘Cadeia da Legalidade’.

Exemplo tomado e seguido pelo espectro outrora derrotado, em outubro de 1963 foi ao ar a *Rede da Democracia*. Inspirada, segundo Roberto Marinho e seus demais fautores, “nos mais puros sentimentos de patriotismo” (O JORNAL, 25/10/1963, p. 03), a *Rede da Democracia* caracterizou-se como um arranjo midiático encabeçado e posto em prática por três das maiores empresas jornalísticas daquele período – *Diários Associados*, *Globo* e *Jornal do Brasil* –, responsável por uma campanha incisiva e conjunta em favor da destituição do governo João Goulart e contando com uma significativa abrangência, proporcionada pela

transmissão em rede de seus programas, pela retransmissão destes em estações radiofônicas do interior do País e pela transcrição integral de seus conteúdos nos jornais que a compunham.

Politicamente, a *Rede da Democracia* buscou distinguir-se das demais campanhas oposicionistas no campo da imprensa, haja a vista a estratégia de seus idealizadores em não reduzi-la aos espectros mais radicais ou eminentemente partidários da campanha anti-Goulart. Daí a ausência de jornais como a *Tribuna da Imprensa*, histórica folha anti-varguista e ainda muito ligado à figura de seu fundador, Carlos Lacerda; ou d’*O Dia*, matutino de maior de maior circulação daquele período, popular, sensacionalista e francamente conservador, como também o era o seu fundador, Chagas Freitas. Mas é inconteste, dada a análise sistemática do corpo de seus oradores e dos seus respectivos pronunciamentos ao longo dos quase cinco meses em que foi levado ao ar, que aquele espaço midiático foi montado e ocupado por representantes de um novo programa político para o País. Um programa moderno-conservador, para utilizarmos o clássico conceito de René Dreifuss (1986), capitaneado pelo ‘Complexo Ipes-Ibad’ e finalmente posto em prática pelos governos militares pós-Golpe. (SILVA, 2008; CARVALHO, 2010).

Outras tessituras, temporalmente mais abrangentes, fazem-se necessárias para que não se perca a complexidade daquele processo. O editorial *Terrorismo, não!* (de 03 de abril de

³ Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros à presidência e ao veto emitido pelas Forças Armadas quanto à posse do João Goulart, vice-presidente eleito um ano antes, um movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garantiu a posse de Goulart, ainda que sob o regime do parlamentarismo. Este movimento ficou conhecido como a ‘Campanha da Legalidade’.

1964) e toda a campanha de oposição ao então governo militar provisório travada pelo *Correio da Manhã* a partir dele (contando com a pena de seus principais colaboradores, como Carlos Heitor Cony, Antonio Callado e Otto Maria Carpeaux) são indicativos de tal complexidade.

É sempre difícil atribuir um posicionamento específico a um microcosmo tão heterogêneo quanto a redação de um jornal. Neste sentido, mesmo a escrita do editorial é algo complexa, porque compartilhada, e não raro as posições nele inscritas encontram discrepâncias no interior do jornal, através de uma ou outra coluna, de um ou outro artigo publicado. Em relação aos editoriais do *Correio da Manhã*, como redator editorialista e responsável pela pauta internacional, a Carpeaux cabia o chamado ‘reboque’, a segunda parte do editorial, ligado aos assuntos internacionais. Especificamente ao *Basta!* e ao *Fora!*, pela projeção que tomaram história afora, há uma certa indefinição sobre as suas autorias.

Que passaram por várias mãos antes de ser publicado é ponto pacífico. A definição que deu Carlos Heitor Cony a um ‘bom editorial’ – uma obra coletiva, como uma catedral gótica, que não expressa o pensamento de um indivíduo, mas o clima de uma época (FOLHA DE S.PAULO, 30/11/2002, p. 02) – é assaz interessante. Ainda segundo Cony, “na crise de 1964, os editoriais eram discutidos exaustivamente pela equipe liderada por [Edmundo] Moniz e da

qual faziam parte Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues, e outros.” Quanto ao *Basta!*, afirma Cony que Carpeaux “desejava pisar forte, com um editorial virulento contra Jango”. (FOLHA DE S.PAULO, 30/11/2002, p. 02) A pedido de Carpeaux, Cony foi consultado sobre o piloto daquele editorial que estamparia a primeira página do dia 31 de março, ao que Cony fizera cortando um parágrafo e acrescentando uma pequena frase. Conforme seu depoimento: “[...] Hora e meia mais tarde, Moniz telefonou-me outra vez, lendo o texto final que absorvia a colaboração dos editorialistas, e, embora o conteúdo fosse o piloto elaborado por Carpeaux, a linguagem traía o estilo espartano do próprio Moniz”. (FOLHA DE S.PAULO, 30/11/2002, p. 02)

No dia seguinte, 1º de abril de 1964, o editorial *Fora!* ratificava a posição do *Correio da Manhã* e daqueles colaboradores em relação ao governo Goulart. Substancialmente complementares, o tom entre ambos os editoriais é o que os diferencia. Tanto em *Basta!* quanto em *Fora!*, João Goulart é apontado como o responsável por implementar uma “guerra psicológica [...] com o objetivo de convulsionar o país” e “permanecer no poder a qualquer preço.” (CORREIO DA MANHÃ, 31/03/1964, p. 01) Mas, se no editorial de 31 de março havia a admissão de que Goulart cumprisse integralmente o seu mandato “de acordo com a Constituição”, desde que desistisse de sua “política atual” que estava “perturbando uma nação em desenvolvimento,

e ameaçando de levá-la à guerra civil”, no de 1º de abril essa possibilidade já não mais figurava no horizonte do *Correio da Manhã*. Pela “omissão dos dois primeiros anos” e pela “conspiração” contra a República, “verificáveis” pelos últimos “pronunciamentos e atos”, para João Goulart só havia uma atitude digna: devolver ao Congresso, “ao povo o mandato que ele não soube honrar.” (CORREIO DA MANHÃ, 01/04/1964, p. 01)

O caráter legalista e liberal do *Correio da Manhã* e de seus colaboradores naquele contexto, plasmado por esses dois editoriais, guarda nos dois últimos parágrafos do *Fora!* uma significativa metonímia:

Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las. (CORREIO DA MANHÃ, 01/04/1964, p. 01)

Orientado pelo horizonte liberal, desfraldado pela “bandeira da legalidade, da defesa das instituições”, os editoriais e as principais colunas do *Correio da Manhã* nos dias seguintes à deposição de Goulart se voltaram imediatamente ao novo estado das coisas. Primeiro contrários à “arbitrariedade e à violência” causadas pela polícia militar e paramilitar dos estados da Guanabara e de São Paulo, sob o comando de Carlos Lacerda e

Adhemar de Barros, respectivamente⁴. Depois, contrários ao Comando Supremo da Revolução, o governo provisório formado pelos três ministros militares; ao Ato Institucional de 09 de abril de 1964, concretização do estado de exceção; e à personificação deste estado, sob a presidência de Castelo Branco, eleito no dia 11 e empossado no dia 15 de abril de 1964.⁵

Os editoriais *Terrorismo, não!* (CORREIO DA MANHÃ, 03/04/1964) e *Duas graves ameaças* (CORREIO DA MANHÃ, 04/04/1964) clamavam para que a “vocaçãõ ditatorial de uns” não comprometesse o movimento das Forças Armadas, tampouco que esse movimento ultrapassasse a “restauração da ordem, da disciplina hierárquica e da tranquilidade por que tanto ansiava a Nação”. Na lógica argumentativa do *Correio*, sendo a “liberdade um dogma”⁶, nada justificava a prisão de jornalistas, a apreensão de uma tiragem do jornal *Última Hora*, a invasão de domicílios, a nomeação de interventores ou a

⁴ A grande perseguição político-ideológica nos primeiros dias após o Golpe de 1964 foi cunhada pelos próprios militares de ‘Operação Limpeza’. Com o Ato Institucional [nº 1], criou-se a base legal para prisões, exonerações, cassações dos direitos políticos de militares, políticos, intelectuais, estudantes e toda a sorte de sindicatos e associações ligadas ao governo Goulart. O incêndio criminoso da sede nacional da UNE, no Rio de Janeiro, porém, é ilustrativo de que a ‘Operação Limpeza’ extrapolou os limites ‘legais’ defendidos pelos militares e pelos governadores que apoiaram o Golpe. Cf.: ALVES, 1986.

⁵ O Comando Supremo da Revolução, organizado pelo general Costa e Silva, foi composto por ele, como representante do Exército; pelo vice-almirante Augusto Rademaker, da Marinha; e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica.

⁶ “Liberdade é um dogma. Existe ou não existe. Liberdade pela metade já não é liberdade. Já é uma forma de negá-la e destruí-la. E isto não podemos aceitar.” Cf.: CORREIO DA MANHÃ, 03/04/1964.

ameaça ao Congresso, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros vinham fazendo nos dias imediatamente seguintes ao Golpe.

Se aqueles “espetáculos repulsivos degradavam e impurificavam” o movimento, à medida que este se afastava do que os militares haviam desempenhado ao longo da história da República brasileira, ou seja, o ‘saneamento’ da crise política através de um golpe pontual e a posterior devolução do poder às mãos civis, o *Correio da Manhã* transformou-se num dos primeiros protagonistas do afastamento entre setores liberais da intelectualidade brasileira e o regime militar.⁷

Segundo Marcos Napolitano, este afastamento, inesperado pelos artífices do Golpe que, antes, “esperavam contar com boa parte das elites intelectuais na tarefa de conter as ‘massas ignaras’ e as ‘lideranças irresponsáveis’ que agitavam o ambiente” (NAPOLITANO, 2014, p. 206), representou importante revés para um regime também ele impingido sob a bandeira da defesa das instituições democráticas.⁸ Ainda mais: este afastamento permitiu que o ‘frentismo cultural’, “a senha da luta contra a ditadura” fosse possível, aproximando lideranças dos

setores liberais a nacionalistas, trabalhistas, comunistas e trotskistas para o campo da oposição ao regime militar entre 1964 e 1968. (NAPOLITANO, 2014, p. 105)

Não por acaso, Napolitano (2014, p. 209) aponta Carlos Heitor Cony, “em seu existencialismo individualista e libertário” exercitados na série de artigos publicados já nos primeiros dias subsequentes ao Golpe, de forte oposição ao novo regime e de chamamento dos intelectuais para o campo oposicionista; e Alceu Amoroso Lima, “com seu liberalismo baseado numa ética de responsabilidades”, o primeiro a cunhar a expressão ‘terrorismo cultural’ no contexto de sua indignação contra as perseguições do regime no meio universitário, como os responsáveis por lançar “bases simbólicas importantes que perdurariam na memória da resistência cultural contra o regime”, quais sejam:

a ditadura era contra a cultura;
b) a ditadura era ilegítima, sobretudo porque tentava proibir os atos de pensamento; c) a ditadura perseguia quem deveria ajudar a reconstruir o Brasil, ou seja, os ‘intelectuais’, até então sócios do Estado nos projetos políticos nacionais; d) a ditadura, ao implantar o ‘terror cultural’, erodia sua base de sustentação na classe média que, *grosso modo*, havia prestigiado o golpe.⁹ (NAPOLITANO, 2014, p. 209)

⁷ Uma atual e instigante análise neste sentido é apresentada por Marcos Napolitano em 1964: História do Regime Militar Brasileiro, sobretudo nos capítulos “No entanto é preciso cantar: a cultura entre 1964 e 1968”, pp. 97-118; e “Letras em rebeldia: intelectuais, jornalistas e escritores de oposição”, pp. 205-28.

⁸ Para uma análise da busca de legitimidade do regime militar calcada, dentre outras frentes, na preservação (ao menos virtual) do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, entre 1964 e 1968, Cf.: VASCONCELOS, 2004.

⁹ Napolitano observa ainda ter sido através das páginas do *Correio* que dois importantes manifestos de denúncia ao ‘terrorismo cultural’ e em defesa da ‘liberdade de opinião’, ambos de 1965, vieram a público. Trata-se do *Manifesto nacional pela democracia e o desenvolvimento* (de 14/03/1965) e o *Manifesto dos 1.500 intelectuais e artistas pela liberdade* (de 30/05/1965).

O que se percebe, portanto, tanto no caso do *Correio da Manhã* quanto em parte de seus colaboradores, é menos uma postura meramente revisionista, de “diluição de parte de suas responsabilidades diretas no golpe” – que certamente existiu, sobretudo *a posteriori* (p. 223) – e mais um movimento em busca de uma certa coerência dos valores liberais então defendidos e que estavam sendo suplantados pelo novo regime. E, num segundo movimento, limitado a alguns destes colaboradores, um rompimento dos limites liberais da resistência política, *vis-à-vis* à possibilidade da resistência armada.

As consequências de um ou de outro movimento não tardariam a cobrar o seu quinhão. Na primeira página do dia 07 de abril, uma nota intitulada *Pilhagem* denunciava a queima de milhares de exemplares do *Correio*, pilhados de diversas bancas de jornais do Rio de Janeiro na madrugada de domingo e queimados nas calçadas, “perante grupos de populares.” A associação com o expediente nazista é destacado pela nota, que denunciava:

A cena possuía todos os requintes de intolerância e barbárie característica dos regimes autoritários, provocando decerto em muita gente uma inevitável associação de ideia com as fogueiras de livros nas praças públicas da Alemanha, ao tempo do nazismo. (CORREIO DA MANHÃ, 07/04/1964, p. 01)

Já Carlos Heitor Cony, após a publicação de um de seus primeiros artigos de fogo aberto contra o regime militar, intitulado

A revolução dos caranguejos, experimentou o recrudescimento das pressões e ameaças. Primeiro, através de telefonas ofensivos, depois pela iminência de uma invasão à sua casa, cercada que foi por homens armados na tarde de 16 de abril de 1964.¹⁰ Em uma de suas passagens, o artigo que despertaria a sanha militar contra Cony sentenciava:

Já que o Alto Comando Militar insiste em chamar isso que aí está de Revolução – sejamos generosos: aceitemos a classificação. Mas devemos completá-la: é uma Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. Que ignora a época, a marcha da história, e tenta regredir ao governo Dutra, ou mais longe ainda, aos tempos da Velha República [...] Nunca se viu uma revolução precisar de popularidade. Se qualquer movimento armado ou desarmado precisa popularizar-se é óbvio que o movimento em causa não é popular, ou seja, não tem apoio do povo. Mais: é um movimento contra o povo, pois o instinto popular sabe onde e como aderir e sacramentar com o seu apoio os movimentos realmente populares.¹¹ (CONY, 1964, p. 17-9)

Dois dias depois, na mesma primeira página que trazia como título principal “Castelo Branco assume a presidência”, o *Correio da Manhã* publicaria uma nota de denúncia àquelas ameaças, descrevendo pormenorizadamente o evento sofrido por Cony – resgatado ele e sua família por volta da meia-noite, por meio de uma caminhoneta do

¹⁰ Essas informações foram colhidas de uma nota de rodapé de *O ato e o fato*, justamente na transcrição da nota *Ameaças e opinião*, publicada pelo *Correio da Manhã* em 16 de abril de 1964 e posteriormente coligido naquele volume. Cf.: CONY, 1964.

¹¹ Como este, os artigos assinados por Cony e publicados em sua coluna no *Correio da Manhã* abril e junho de 1964 foram coligidos e publicados, ainda naquele ano, no livro *O ato e o fato*. Crônicas políticas. Cf.: 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

jornal – e o desenrolar daquelas ameaças no dia seguinte, quando “dois indivíduos que se diziam do Ministério da Justiça foram ao seu apartamento e interrogaram as empregadas sobre os hábitos e horários do dono da casa.” (CORREIO DA MANHÃ, 16/04/1964, p. 01) Intitulada *Ameaças e opinião*, a nota terminava assim:

O CORREIO DA MANHÃ sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. [...] Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto. Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião. (CORREIO DA MANHÃ, 16/04/1964, p. 01)

A experiência de Carpeaux também ilustra esse processo de duplo movimento, açambarcando o contexto imediatamente posterior ao Golpe, ainda nas páginas do *Correio da Manhã*; o seu aprofundamento na luta antiditatorial para além dos limites do jornalismo liberal e do próprio jornalismo impresso; e, finalmente, a sua defesa às novas frentes de oposição, dentre elas a dos grupos guerrilheiros.

Primeiras batalhas – no *Correio* e para além dele

A exemplo de Carlos Heitor Cony, Carpeaux manteve sua coluna assinada no

Correio da Manhã voltada para o combate ao regime militar, tão logo este se instalara via Comando Supremo da Revolução mas, sobretudo, através do Ato Institucional de 09 de abril, a concretização do estado de exceção. Entretanto, diferentemente do tom ácido e direto empregados por Cony, Carpeaux construiu os seus artigos empregando o que mais tarde ele denominaria de ‘linguagem esópica’. Em outras palavras, em parte dada à natureza de sua coluna – de análise e comentário de política internacional –, em parte por estratégia e a argúcia, através do expediente alegórico Carpeaux fez convergir os assuntos internacionais daquele contexto com assuntos políticos brasileiros, com uma implícita mas forte carga de crítica para os últimos.

Sobre a busca de legitimidade do governo recém implantado e dissertando sobre a ‘contradição em termos’ que a expressão ‘legitimidade revolucionária’ apresentava, Carpeaux se atém a uma encíclica papal do século XIX e ao conservadorismo do mundo pós-Restauração, para sublinhar a “ilegitimidade de toda e qualquer revolução”, verdadeiro “atentado ímpio ao poder legítimo.”¹² Utilizando-se de exemplos como o das guerrilhas de oposição então existentes na Argélia; do passado revolucionário francês e italiano; do golpe de Estado salazarista; do

¹² A exemplo do Carlos Heitor Cony, Carpeaux coligiu os seus artigos políticos escritos entre 1964 e 1965 no *Correio da Manhã* em dois livros: *O Brasil no espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; e *A batalha da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

governo soviético, “tão ilegítimo como o poder do governo dos Estados Unidos”; e mesmo do poder da rainha da Inglaterra – que, em última análise, “baseia-se [...] na ‘Glorious Revolution’ de 1688”, Carpeaux focaliza no seu verdadeiro alvo, para tratar como ilegítima a ‘Revolução de abril de 1964’:

Estão no mesmo caso todos os governos, passados, presentes e futuros, de todos os países latino-americanos, sem exceção alguma. [...] Mas por que todos os revolucionários modernos insistem tanto em legitimar a revolução, embora esta por definição não possa ser legítima? Porque esperam com isso estigmatizar e anatematizar de antemão todas as futuras revoluções que poderiam chegar a arrancar-lhes do poder. Só essas futuras revoluções seriam, sim, ilegítimas porque dirigidas contra a revolução legitimada. É, justamente, uma conclusão errada. Pois os mesmos argumentos que justificam e legitimam esta ou aquela revolução, justificam e legitimam todas as revoluções futuras. (CORREIO DA MANHÃ, 07/05/1964, p. 04)

Em muitos daqueles artigos de 1964, Carpeaux reservava grande espaço para exemplos oriundos da Alemanha hitlerista, em uma clara estratégia de contraposição e justaposição com a ditadura brasileira – quase sempre destacando o papel dos estudantes de antanho e de então como setor importante de resistência. Em um deles, intitulado *Os estudantes e a coincidência*, Carpeaux apresenta um breve panorama do contexto alemão quando Hitler ainda era primeiro ministro e já “desconfiava dos estudantes” – que demonstraram “o primeiro sinal de resistência” ao futuro *Führer*. (CORREIO DA MANHÃ, 18/09/1964, p. 04) Segundo

Carpeaux, medidas administrativas, como a suspensão por seis meses a um ano para estudantes que pertencessem a certas associações, prejudicaram materialmente muitos deles. Porém, para aqueles que tinham se “pronunciado contra a brutalidade de botas ou contra a estupidez dos que engraxavam as botas” tiveram pior destino: foram expulsos de suas respectivas universidades e proibidos de se matricular em qualquer outra. “Uma vida arruinada. E foram muitos os punidos.” (CORREIO DA MANHÃ, 18/09/1964, p. 04)

Nos dois últimos parágrafos deste mesmo artigo, a perseguição aos estudantes e o fim da liberdade das universidades, os prejuízos de tais atos para cultura da nação, e a injustiça que tais ações representam para os estudantes e para “todos os intelectuais, toda a inteligência do País” são descritos por Carpeaux deliberadamente de forma embaralhada, a apagar traços temporais e espaciais entre o passado nazista alemão e o presente ditatorial brasileiro. Senão, vejamos:

Quer-se impedir que os estudantes hoje e os intelectuais amanhã assumam o seu papel natural de líderes do povo. O golpe golpeou o povo inteiro. E em seguida foi golpeado e arruinado o próprio País; e os próprios golpistas serão os primeiros a sentir o destino amargo que prepararam. (CORREIO DA MANHÃ, 18/09/1964, p. 04)

Mensagem transmitida, Carpeaux encerra o último parágrafo com o recurso irônico, que destaca a sua ‘confusão’ e tem como função chamar a atenção do leitor para a

‘coincidência’ entre as experiências alemã e brasileira:

Relendo estas últimas linhas, percebo uma mistura tola dos tempos dos verbos: ‘deixamos’, ‘não é’, ‘foi o fim’, ‘feriram-se’, ‘quer-se impedir’, ‘serão os primeiros’, ‘preparam’ – o que é isto? É a confusão causada pelas coincidências de que nós outros não somos os responsáveis. (CORREIO DA MANHÃ, 18/09/1964, p. 04)

Qual era a incidência do *Correio da Manhã* junto aos estudantes daquele período não é possível mensurar. O fato é que a interlocução entre eles e Carpeaux tornou-se patente fora das páginas do matutino carioca, quando o intelectual passou a figurar cada vez mais como colaborador de jornais estudantis e, posteriormente, de jornais alternativos; a ser convidado como paraninfo ou homenageado em cerimônias de colação de grau – quando proferia discursos diretos contra a ditadura; ou mesmo através de reuniões e palestras em que ele e Cony participaram país afora. Em artigo de teor memorialístico (FOLHA DE S.PAULO, 19/11/2003, p. 02), Cony menciona o caráter quixotesco daquelas palestras, “mambembe não remunerado e estranhíssimo”, dadas as dificuldades de fala que tanto ele quanto Carpeaux possuíam. Quanto aos aspectos pecuniários, se o pagamento não provinha dos diretórios estudantis, é plausível que aquelas palestras fizessem parte dos eventos promovidos pela *Editora Civilização Brasileira* e representassem mais um flanco do ‘frentismo cultural’.

Também em 1965, o primeiro número da *Revista Civilização Brasileira* seria lançado, o que representava mais um espaço de combate à ditadura à partir daquele flanco.¹³ (MOTTA, 1994; CZAJKA, 2005; OZIAS, 2006) Carpeaux foi nome presente desde aquele primeiro número, além de participar das palestras e encontros promovidos pela editora nas principais universidades do país. Ao descrever um desses eventos, Leandro Konder (1991, pp. 59-64) apresenta uma interessante imagem de Carpeaux, em seu acelerado processo de radicalização política. De um lado ele, Konder, “filiado ao Partido Comunista Brasileiro [e] empenhado em fortalecer os movimentos sociais para uma longa luta de resistência antiditatorial [vendo] com ceticismo o estado de espírito ‘radical’ que [então] se manifestava”; do outro, Carpeaux, “que ardia de impaciência e revolta, [e] ia disposto a jogar lenha na fogueira.” (p. 64)

Partindo do Rio de Janeiro à Juiz de Fora, onde o evento aconteceria, Konder relembra que durante a viagem ainda tiveram tempo de exporem, um para o outro, os seus

¹³ Embora gravitasse em torno do Partido Comunista Brasileiro, a *Revista Civilização Brasileira* guardava independência deste, reunindo colaboradores que não militavam no Partido (como o seu diretor responsável, Moacyr Felix) e até mesmo rivais históricos do PCB, como os trotskistas Mário Pedrosa e Paulo Francis. (RIDENTI, 2000; NAPOLITANO, 2014). Justamente por isso é considerada ‘uma das expressões mais vigorosas da esfera pública que se formara após o Golpe pois, devido ao especial destaque aos temas culturais que reservava em cada um dos seus 22 números, tornou-se locus fundamental de fomentação e prática do ‘frentismo cultural’ como forma de resistência à ditadura. Não por acaso, o fim da *Revista* e os limites desta forma de resistência – dando lugar à guerrilha urbana e rural como principais opções – são consequências diretas da decretação do AI-5.

respectivos pontos de vista, sem se convencerem, no entanto, dos argumentos contrários – “não consegui convencê-lo da razoabilidade das minhas apreensões (que o AI-5 [...] confirmaria, tristemente, alguns meses mais tarde).” (p. 64) Chegando à cidade mineira, descreve Konder, ele percebeu que a promoção da editora havia mobilizado muita gente e que os estudantes enchiam o local do debate – mais do que isto, percebeu também que entre aqueles estudantes as tendências de esquerda mais extremadas eram hegemônicas. Para Konder, “os ventos iam soprar mais para o lado de Carpeaux”. Ao relemburar o cenário, o escritor confessa ter tido, por um momento, “um pensamento mesquinho: ‘Tomara que a gagueira atrapalhe o discurso dele.’” (p. 64) O desfecho, Leandro Konder descreve assim:

Não atrapalhou. Carpeaux, rejuvenescido pela paixão e pela combatividade, comoveu o público com suas palavras candentes, denunciando a ilegitimidade da ditadura militar e conclamando as pessoas à desobediência civil. A estudantada vibrou de entusiasmo. E eu acabei contagiado pelo clima que se criou. Olhando o septuagenário Carpeaux, que lançava as palavras como dardos, que fulminava os reacionários com seu sarcasmo, tive, por um instante, a impressão de que ele era mais forte do que o general-ditador.

Hoje, ao recordá-lo, me dou conta de que Carpeaux realmente tinha um poder maior, que o traz de novo para nós, redivido [sic], enquanto o outro mergulha cada vez mais num merecido esquecimento. (p. 64)

A presença de Carpeaux nas solenidades de formatura também se tornou uma constante. Entre 1964 e 1968, há registro de pelo menos oito cerimônias de formatura

em que ele figurou como paraninfo ou patrono de turma. (CARPEAUX, OC Dv. 01, s/d) Assumindo um tom menos alegórico que em seus artigos do *Correio da Manhã*, mas não menos irônico, suas falas eram de críticas diretas à ditadura, emprestando autoridade aos discursos dos formandos. Na solenidade de 1967 da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Teatro Municipal, Carpeaux destacou a escolha do grupo de formando em nomear d. Helder Câmara como seu patrono, demonstrando “uma profissão de fé humanística” e que não se calariam “diante de injustiças e violências, como a que sofreu o sargento Manuel Raimundo Soares” – em referência nominal a um dos primeiros casos de tortura e morte por parte dos órgãos de repressão sobre o qual se teve notícia na época.¹⁴ De forma irônica, confirmou que o tema de seu discurso era mesmo a ditadura e que “há muitos anos ele pretendia viajar pelo continente para conhecê-la, mas, como era muito perigoso, preferiu ficar

¹⁴ Manuel Raimundo Soares foi um dos líderes do Movimento Nacionalista Revolucionário, organização formada em torno de Leonel Brizola, responsável pela Guerrilha do Caparaó. Segundo o *website Documentos Revelados*, o sargento Raimundo Soares foi um dos líderes do “‘Movimento Legalista’ que queria restituir o cargo ao presidente João Goulart. [...] Acusado de subversão, Raimundo fugiu do Rio de Janeiro para tentar escapar da prisão e da consequente tortura e passou a viver na clandestinidade. Em março de 1966, foi preso pela Polícia do Exército em frente ao Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre e levado para o DOPS, onde foi torturado por cerca de uma semana. Posteriormente foi transferido para a Ilha Presídio, no Rio Guaíba. No dia 13 de agosto, foi novamente levado para o DOPS. Aí seguiu torturado, desconhecendo-se a data exata da morte. O corpo foi encontrado no dia 24 de agosto”. Cf.: PALMAR, 2012 *apud* <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisao-e-morte-de-um-sargento-nacionalista/>> acesso em 19 mar. 2015.

em casa até que ela um dia viera visitá-lo." (FOLHA DE S. PAULO, 03/01/1967, p. 03)

Visualizemos outra cena: noite abafada de verão carioca. Cerimônia de colação de grau das turmas de Filosofia, Ciências Sociais e História da mesma Faculdade de Filosofia da UFRJ. No auditório lotado, estudantes e agentes do DOPS ajudam a elevar ainda mais a temperatura, que atinge o ápice quando o presidente da solenidade interrompe o discurso da oradora e ameaça: “– Eu não admito que a senhora continue a falar nesse tom. Isto não é um discurso de formatura, mas sim um manifesto subversivo, e se ele continuar, declaro encerrada a solenidade.” Ao que Otto Maria Carpeaux, paraninfo da turma, levanta-se, dá um murro na mesa, e contra-ataca: “– Se quiser sair, que saia, pois de agora em diante eu assumo a presidência da mesa.” (FOLHA DE S. PAULO, 19/01/1968, p. 03) Sob vaias, o professor abandona a presidência da solenidade, Carpeaux assume o seu posto e a oradora da turma termina o seu discurso, em que eram feitas críticas tanto ao Governo brasileiro quanto à “agressão imperialista no mundo todo, principalmente no Vietnã”. Em tempo, o homenageado da turma era Régis Debray, o jovem filósofo francês autor de *Revolução na revolução*, naquele momento preso na Bolívia acusado de integrar o grupo guerrilheiro de Che Guevara.

Não raro, essas participações serviram para indispor o sexagenário intelectual com as autoridades ou com os defensores da ditadura militar. Ao fim desta cerimônia, por exemplo,

Carpeaux foi detido por algumas horas para interrogatório. (BOSI, 2015) Ocorrida em janeiro de 1968 e longe de ser extraordinária, cenas como esta, seguidas da repercussão nos meios de comunicações, se tornaram tão certas nos finais de ano como as próprias formaturas. Podem ser tomadas como um dos flancos do movimento estudantil – que, por sua vez, foi um dos setores fundamentais da resistência ao regime militar e, num segundo momento, a principal fonte para a composição dos grupos de guerrilha daquela época. (RIDENTI, 1993; SANTANA, 2007; MOTTA, 2014)

Estes e outros exemplos demonstram como Carpeaux exercia sua força intelectual e sua posição como um dos editorialistas do *Correio da Manhã* para fomentar a resistência e o combate ao regime autoritário, praticado tanto por uma forte empresa editorial como a *Civilização Brasileira* quanto pela imprensa estudantil e/ou alternativa que então se proliferava. Entretanto, a exposição de Carpeaux na frente intelectual de oposição à ditadura não tardaria a trazer-lhe sérias consequências, pessoais e profissionais. No rescaldo dos expurgos que tanto o *Correio da Manhã* quanto os seus principais redatores e colaboradores vinham sofrendo (COTTA, 1997), Carpeaux viu sua seção de crônica internacional ser suprimida, ficando ainda proibido de assinar qualquer matéria política no jornal.

Segundo Pery Cotta (1997), antes mesmo do AI-5, *Correio da Manhã* foi sendo “esquartejado” devido a sua oposição ao

regime militar. Primeiro, com o corte da publicidade das grandes empresas estatais. “Saía anúncio delas em qualquer *jornaleco*, menos no *CM*.” Depois, com o “corte fundo dos grandes anunciantes privados, que receberam ordens, insinuações e sugestões no sentido de não anunciar no *Correio da Manhã*, chamado até de *jornal comunista*.” (p. 49) A exemplo do que já haviam feito Carlos Heitor Cony e Antônio Callado, pouco tempo depois Carpeaux deixaria o *Correio da Manhã*, encerrando assim um ciclo que havia começado em 1941 e que lhe havia permitido se estabelecer no Brasil e construir sua *persona* de ensaísta e crítico literário. (SODRÉ, 1983, pp. 435-6)

Meses depois, ao publicar aquele que seria, em vida, o seu último livro de crítica literária, Otto Maria Carpeaux indicava em ‘nota prévia’ o desejo de aprofundar a luta contra o regime, para a qual concentraria o que lhe ainda restava de “capacidade de trabalho”. Publicou *Vinte e cinco anos de literatura* pela editora *Civilização Brasileira*, dedicando-o a Antônio Houaiss, a Carlos Heitor Cony, a Ênio Silveira e a Mário da Silva Brito. Mas foi para o “círculo de amigos da literatura” que dirigiu aquela nota:

Nota prévia

Um amigo meu calculou que eu tinha publicado na imprensa brasileira, entre 1941 e 1966, mais ou menos 1.500 artigos sobre assuntos literários. Destes, duas centenas foram enfileirados em livros, hoje esgotados e dificilmente acessíveis. E o resto? [...] Fiz uma seleção rigorosa: só escolhi trabalhos que, por este ou aquele motivo, ainda hoje possam inspirar interesse ao círculo de amigos da

literatura. Mas já não me incluo nesse círculo. Considero encerrado o ciclo. Minha cabeça e meu coração estão em outra parte. O que me resta, de capacidade de trabalho, pertence ao Brasil e à luta pela libertação do povo brasileiro.

Otto Maria Carpeaux
(CARPEAUX, 1968, p. XIV. Destaques
nossos)

Jornais, grupos de guerrilha e um processo kafkiano

A rigor, não data de 1968 a inserção de Carpeaux num novo ciclo, mas de 1967. Com o Inquérito Policial Militar ao qual foi submetido naquele ano; com o lançamento do documentário biográfico *O Velho e o Novo (Otto Maria Carpeaux)* e com a participação direta na organização de jornais e revistas ligados a grupos de guerrilha, Carpeaux modificou significativamente o “*plot* bem inventado” que até então enquadrara a sua vida. (PEREZ, 1964, p. 282) Também data de 1967 a consolidação e o aprofundamento do regime militar brasileiro, advindos com a promulgação de uma nova constituição, com a posse na Presidência de um general ligado à ala ‘linha dura’ das Forças Armadas e com o recrudescimento da legislação repressiva, que teve no Decreto-Lei nº 314/1967 (de tipificação e definição dos crimes “contra a segurança nacional, a ordem política e social”) sua expressão concreta.

Não por acaso, esse é o contexto de fomentação e também os pressupostos que parcelas significativas do movimento estudantil e de outras frentes de resistência

compartilharam para se lançar à contraofensiva armada à ditadura. (RIDENTI, 1993, p. 55 e ss) Somados à crítica ao ‘imobilismo’ de setores do PCB e a todo imaginário em torno do ‘foquismo’ como teoria balizadora da guerra de guerrilha – posta em prática por Guevara e Debray na selva boliviana, também naquele ano –, a via pela luta armada surgia, ao menos para alguns grupos, como premente.

A circunscrição aos limites das grandes cidades do País também foi elemento comum aos inúmeros grupos guerrilheiros surgidos então, embora estes tivessem como horizonte teórico e ideal a guerrilha no campo. Muitos deles “jamais chegaram senão a esboçar o início da guerrilha rural” (p. 56) mas, com o tempo, também “as ações urbanas seriam teorizadas [...] como forma de propaganda armada da revolução e, implicitamente, como meio de sustentar o funcionamento clandestino de diversas organizações” (p. 54). Daí a importância da imprensa alternativa como arma de esclarecimento, propaganda e de defesa junto à população das grandes cidades do ponto de vista das esquerdas armadas. (p. 54)

Carpeaux colaborou pontual, regularmente ou esteve organicamente envolvido com vários jornais e revistas ligados a grupos guerrilheiros. Do jornal *Amanhã*, “um dos jornais lançados já sob influência do imaginário da guerrilha [...] apoiado numa frente de partidos de esquerda que controlavam o Grêmio da Faculdade de

Filosofia da Universidade de São Paulo” (KUCINSKI, 1991, p. 28)¹⁵, foi colaborador regular – inclusive era um dos poucos que assinava os artigos, posto que “seu núcleo dirigente e seus redatores tomavam cuidados típicos da atividade política clandestina” e os artigos e as reportagens não eram assinados. Segundo o levantamento de Bernardo Kucinski em *Jornalista e revolucionários* (1991, p. 30), a redação do *Amanhã* funcionava precariamente, de forma semi-clandestina, no andar superior de um velho casarão que sediava o TUSP (Teatro Universitário da USP), na região da Avenida Paulista, e só era conhecida pelos colaboradores mais próximos.

A importância do *Amanhã*, ainda segundo Kucinski, também residia no seu protagonismo em pôr em prática o mecanismo de ‘frente jornalística’, pelo qual vários partidos de esquerda, mesmo mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, “unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos de mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente.” (p. 24) Além da abrangência e da propaganda junto aos setores urbanos que a ‘frente jornalística’ pudesse angariar¹⁶, jornais como *Amanhã*

¹⁵ A Faculdade de Filosofia da USP ocupava a rua Maria Antônia, em São Paulo. Em 1968, esta rua foi palco da ‘Batalha da Maria Antônia’, como ficou conhecido o confronto aberto entre os estudantes da USP e do Mackenzie. A morte do estudante secundarista José Guimarães, causada por membros do Comando de Caça aos Comunistas, foi um dos saldos daquele confronto.

¹⁶ No caso do *Amanhã*, por exemplo, o fim da estabilidade funcional e a subsequente introdução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), frutos da política trabalhista conservadora do governo militar,

também eram de extrema importância para a política de atração de novos quadros para os grupos guerrilheiros.

Ao que tudo indica, este também foi o caso d'O Sol, 'jornal-escola' criado em setembro 1967 em torno do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário. (KUCINSKI, 1991, p. 33) Surgido do movimento dos sargentos e marinheiros liderados por Leonel Brizola, o MNR foi o primeiro grupo a se lançar às armas, ainda em 1964. Tentara fixar três focos guerrilheiros rurais, dos quais somente um foi plenamente estabelecido, o da Serra do Caparaó. A Guerrilha do Caparaó, como ficou conhecida, começou a ser preparada em 1966 e foi desarticulada pelo regime militar em abril de 1967. (RIDENTI, 2000; COSTA, 2007).

Embora nunca tenha sido comprovado, há indícios de que tanto Carpeaux, quanto Cony, Callado, o poeta Thiago de Mello, dentre outros intelectuais, estiveram envolvidos com o estabelecimento da guerrilha em Caparaó, realizando "tarefas" que iam do transporte de armamentos ao transbordo de mensagens e contatos, sobretudo entre Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo o depoimento de Antonio Callado colhido por Kucinski, a tarefa de Carpeaux era:

[...]Decorar mensagens muito importantes, longas, com endereços, indicações. Levava tudo aquilo na cabeça. Podiam prender o Carpeaux quanto tempo quisessem, ele não tinha um fiapo de informação. Era só ele, gago, estrangeiro, indo ao Recife, por exemplo, a propósito de fazer alguma coisa. Chegava lá, ele contava tudo aquilo. É como se você mandasse um folheto impresso. E é claro que havia risco nisso, se ele fosse torturado, etc. Foi uma atividade revolucionária de extrema originalidade, muita utilidade e perigo. Estou contando isso para ver como uma pessoa podia prestar serviços importantes e que se perderam depois. (KUCINSKI, 1991, p. 147-8)

A instrumentalização d'O Sol pelo MNR não é consenso. E nenhum daqueles intelectuais foi preso quando Caparaó foi desarticulada. As entrevistas conduzidas por Kucinski para o livro *Jornalistas e revolucionários*, somadas à total ausência deste dado nos depoimentos que perfazem o documentário *O Sol – Caminhando contra o vento* apontam, ao menos, para uma maior complexidade em torno desta ilação. Jorge Pinheiro, por exemplo, militante do MNR que anos depois se exilaria no Chile de Salvador Allende, afirmou a Kucinski que teve contato e entrou para aquele grupo guerrilheiro n'O Sol, que fora "recrutado lá dentro": "O MNR já tinha feito a primeira guerrilha e estávamos nos organizando para outra... houve influência da revolução cubana. Resolvemos nuclear jovens, utilizando o jornalismo." (p. 33) Porém, na nota de referência àquela entrevista, Kucinski pontua: "Alguns participantes centrais d'O Sol e de seu sucessor, *Poder Jovem*, nunca souberam de sua instrumentalização pelo MNR [...]." (p. 135, n. 36)

ocupou quase todas as seis edições existentes do jornal. Também a linguagem direta, que convidava o leitor ao diálogo, "sem o ranço que caracterizaria tantos jornais alternativos", concorreu para a promoção do *Amanhã* junto à "classe operária desarticulada pela repressão".

Ao largo disto, o que se depreende da história d'O Sol é sua ligação com uma parcela jovem da população do Rio de Janeiro (onde era produzido e onde circulava), tanto por sua linha editorial, de forte teor contestatório e crítica ao regime militar e aos setores moderados de oposição, quanto pelos seus aspectos formais, que tinha na sua audaciosa diagramação, “ora concretista, ora psicodélica” (p. 34), e no seu modelo de ‘jornal-escola’ as suas principais armas.

A ideia de contar com um corpo fluido de estudantes na equipe do jornal, de treinar e “adestrar” esses jovens para que desenvolvessem uma linguagem jornalística direta, coloquial, foi uma preocupação para aqueles que pensaram na sua existência. Ana Arruda, uma das jornalistas envolvidas na criação d'O Sol, é quem explica parte deste conceito:

Era um jornal-escola e nós fizemos [?] um seminário [de] dois dias na casa do Reynaldo Jardim em [Nova] Friburgo, no sítio, [com] todos os editores, os estudantes e com [?] repórteres, discutindo o jornal, fazendo a linha do jornal; e antes de sair o primeiro número teve um curso, em que o Carpeaux dava aula, o Zuenir dava aula, o Reynaldo dava aula, eu dava aula. A gente fazia o curso para [que] os alunos ficassem mais adestrados, mais informados [...]. (MORAES e ALENCAR, 2006)

Nos poucos meses em que esteve envolvido na criação e na circulação d'O Sol, talvez nem mesmo Carpeaux imaginasse que a publicação de um artigo seu (embora não assinado) sobre o Fundo Monetário Internacional pudesse lhe trazer tantos

problemas – dentre os quais, a instauração de Inquérito Policial Militar, seguido de uma Ação Penal que responderia até 1972, muito tempo depois da efêmera existência d'O Sol.¹⁷

O artigo, intitulado *FMI – Fome e Miséria Internacional*, de caráter incisivo e literalmente panfletário¹⁸, denunciava tanto o órgão criado em Bretton Woods – “é o Fundo Monetário Internacional dos financistas usurários e exploradores americanos” –, quanto o FBI e a CIA, os órgãos de inteligência e investigação estadunidenses. (O SOL, 22/09/1967, p. 11) Indiretamente, Carpeaux também acusava o FBI pela morte do sargento Manuel Raimundo Soares, voltando à denúncia sobre a qual já havia escrito e pronunciado em outras oportunidades. Ao cabo, a crítica à guerra do Vietnã e ao acordo MEC-USAID¹⁹, na pessoa de um de seus entusiastas, o ex-

¹⁷ O Sol foi extinto no início de 1968. Já o IPM sofrido por Carpeaux, de nº 34/67, foi instaurado pela 5ª CJM (5ª Circunscrição Judiciária Militar – Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal de Paraná e Santa Catarina) em 1967. Finda a apuração inicial, em 1969 foi instaurada a Ação Penal nº 505/69, também pela 5ª CJM. No que concerne a Carpeaux, aquela Ação Penal findou em maio de 1972, quando se reconheceu a “incompetência da Auditoria da 5ª CJM para o conhecimento dos fatos imputados” a ele. Em outras palavras, o fim do seu processo penal. Para os outros envolvidos, porém, a AP 505/69 arrastou-se até 1979, com a punição de até 2 anos de detenção para uns e a prescrição da pena de outros. Cf.: BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163).

¹⁸ Há relatos de sua distribuição como panfleto nos protestos a que se seguiram a reunião do FMI do BIRD no Rio de Janeiro, em 1967, bem como na ‘Passeata dos 100 mil’, também no Rio, no ano seguinte. Cf.: FREIRE, 2015.

¹⁹ Uma série de acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a agência norte-americana *United States Agency of International Development*, de reforma do sistema educacional brasileiro de acordo com os padrões norte-americanos. Foram parcialmente implementados através da Lei nº 5.540/68. Cf.: SANTANA, 2007.

ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda²⁰, foram evocados por Carpeaux como exemplos do espírito imperialista dos Estados Unidos, mas também como perspectiva de resistência, dada às dificuldades então enfrentadas por aquele País no Vietnã e ao relativo fracasso do acordo MEC-USAID, ao menos no que tangia à privatização de escolas e universidades públicas do Brasil. (p. 11) Temas caros aos estudantes, para quem Carpeaux, parafraseando o famoso lema antifascista, dirigiu as últimas palavras: “Os estudantes brasileiros são contra a guerra do Vietnã, contra o acordo MEC-USAID e contra as imposições nefastas do FMI. Isto aqui não vai durar. ‘NO PASSARÁN’!” (p. 11)

A despeito de seu forte teor acusatório, talvez a repercussão daquele artigo não gerasse maiores consequências para Carpeaux – até mesmo pelo caráter anônimo com o qual ele foi editado. Paradoxalmente, foi a republicação dele por um jornal estudantil de Maringá, com a devida atribuição autoral, a responsável pelas consequências legais sofridas por Carpeaux à partir de 1967. *Afirmção* era o título da publicação maringaense, ligada à União Paranaense dos Estudantes, e o estado do Paraná a área de influência de Suplicy de

Lacerda, então reitor da UFPR, citado nominalmente pelo artigo de Carpeaux.

Uma vez republicado e assinado na edição de outubro de *Afirmção* (p. 02), o artigo *FMI...* foi considerado prova suficiente para que Carpeaux fosse enquadrado sob a acusação de “incitação a crime contra a segurança nacional e propaganda subversiva”, mais precisamente, de ter “instado publicamente a animosidade entre as Forças Armadas e a classe estudantil e as instituições civis, além de [atentar] contra a segurança nacional (artigo 33, inciso III do Decreto-Lei nº 314)”. (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 1.144) A acusação a Carpeaux e aos demais estudantes incorria ainda no parágrafo único daquele mesmo artigo 33 – “Se o crime for praticado por meio da imprensa, panfletos, ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade”; bem como no artigo 38, inciso II, do mesmo Decreto-Lei – “Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: [...] II – a distribuição de jornal, boletim ou panfleto.” (BRASIL, Decreto-Lei nº 134, 1967)

A instauração do IPM nº 34/67 e o envolvimento de Carpeaux seguiram caminhos kafkianos. Isso porque, ao contrário dos demais réus arrolados, todos estudantes ligados à UPE e e/ou à UNE, Carpeaux era o único que não residia, tampouco trabalhava nos estados concernentes à 5ª CJM (Paraná e Santa Catarina); não havia escrito o *FMI...*

²⁰ Ministro da Educação e Cultura do Governo Castelo Branco, Suplicy de Lacerda foi o responsável pela criação da Lei nº 4.464/64 (Lei Suplicy de Lacerda), que buscou regulamentar os órgãos de representação estudantil e, conseqüentemente, jogou na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes e as suas congêneres estaduais. Cf.: SANTANA, 2007.

“especialmente” para o *Afirmção*, como denunciava o Ministério Público Militar, embora possivelmente ele tenha sido um dos únicos artigos assinados daquela edição; e, como o mesmo MPM reconhecia, tampouco Carpeaux integrava a diretoria da UPE! (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 11) O absurdo daquela acusação crescia à medida que o IPM seguia o seu rumo. Intimação, auto de busca e apreensão, auto de qualificação, termo de declaração, juntadas, todos os procedimentos concernentes a um Inquérito faziam-se particularmente atípicos quando um dos réus residia a aproximadamente 700 quilômetros da sede da 5ª CJM. A distância em si não era o problema, e a plena comunicação entre as delegacias regionais do Departamento de Polícia Federal de Curitiba e Guanabara garantiriam que aqueles procedimentos fossem cumpridos por ‘Otto Maria Karpfen’ – nome oficial do acusado em questão.

No seu depoimento – lavrado como Termo de Declaração –, além de justificar o uso profissional de seu pseudônimo, Carpeaux não titubeou em reconhecer a autoria do artigo *FMI...*, embora não soubesse os motivos pelos quais ele havia sido publicado sem a sua assinatura no jornal *O Sol*. Declarou ainda que, ao contrário da matéria de acusação, ele não havia autorizado a transcrição do artigo no jornal *Afirmção*, tampouco o havia escrito especialmente para aquele jornal paranaense. Ainda sobre o estado do Paraná, Carpeaux declarou que a última vez que estivera lá havia

sido em 1939 e tampouco conhecia a sua capital, Curitiba – cidade onde, segundo o Ministério Público Militar, havia sido realizado o XXIX Congresso da UNE. (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 152)

A repercussão da intimação e do comparecimento de Carpeaux ao Departamento da Polícia Federal possivelmente lançou mais holofotes ao artigo *FMI...* do que a sua publicação num jornal estudantil e regional como o *Afirmção*. Segundo nota do *Jornal do Brasil* (01/12/1967, p. 15), Carpeaux chegou a dar uma “entrevista coletiva, improvisada, realizada num bar nas proximidades do DPF”, em que detalhou os procedimentos a que fora submetido. Também o jornal *Folha de S.Paulo* (01/12/1967, p. 05) destacou o ocorrido, dando voz a Carpeaux:

[...] O sr. Otto Maria Carpeaux afirmou, indignado:

‘É incrível que isto aconteça nesta terra a um *homem de bem*, com todos os seus documentos em dia. Estas indignidades foram cometidas por causa de um maluco’. O escritor foi ao DFSP sem conhecer os motivos de sua intimação e, quando lhe perguntaram se era de sua autoria o artigo ‘Fome e Miséria Internacional’, sobre o FMI, respondeu: – Culpado’. (FOLHA DE S.PAULO, 01/12/1967, p. 05)

Nesta coletiva improvisada, Carpeaux ainda classificou como “ingênuo” os questionamentos dirigidos à sua pessoa, como aquele que arguia se ele havia “comparecido ao XXIX Congresso da UNE, em Curitiba” – o Congresso, de fato, ocorrera em São Paulo, na cidade de Valinhos: “Não sou eu quem vai

ensinar geografia ao Coronel Ferdinando de Carvalho, disse.” (JORNAL DO BRASIL, 01/12/1967, p. 15)

Considerações Finais

Prova inconteste de que o relativo espaço de oposição ao regime estava se esgotando – e do raio de abrangência que o Decreto-Lei 314 possuía para definir os “crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social” –, mesmo com toda a fragilidade daquelas acusações sobre Carpeaux, a ação penal que se seguiu ao IPM de 1967 tampouco o poupou. Em outubro de 1969, já sob o recrudescimento da legislação repressiva a reboque do AI-5²¹, Carpeaux foi arrolado como um dos réus da Ação Penal nº 505/69. Intimado para prestar novo depoimento na Auditoria da V Região Militar, desta vez Carpeaux colou à imagem de “homem de bem” ao de “intelectual de renome” para livrar-se daquelas acusações. Ademais, apresentou-se como possuidor de limitações profissionais, econômicas e inclusive físicas, para não realizar uma viagem até Curitiba e, por fim, protocolou depoimento por escrito – em papel-ofício do ‘Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da

Guanabara’ e uma série de outros documentos com o objetivo de provar sua inocência. (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 611-2)

Dentre os documentos arrolados, encontra-se um ofício do Ministério do Exército, datado de novembro de 1967, através do qual Carpeaux era convidado a “abrilhantar e dar destaque [...] como intelectual de renome [ao] Concurso Cultural Exército Brasileiro.” (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 612). Dotado de ironia ou meramente precavido, após a evolução do IPM para a Ação Penal Carpeaux apresenta-se à Justiça como o homem ilibado, a quem o regime militar prestava-se a defender – imagem, como vimos, divergente daquela que o velho jornalista gozava entre o movimento estudantil e os meios artísticos e intelectuais desde o Golpe de 1964.

Um ano antes da instauração da AP nº 505/69, podemos aferir outro exemplo de sua fase radicalizada: Carpeaux foi um dos poucos não-estudantes a discursar nas escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando do velório de Edson Luís – o secundarista assinado por um comandante de tropas da Polícia Militar, no restaurante universitário *Calabouço*. Sentou-se com os estudantes na missa em memória dele, na Igreja da Candelária. Esteve presente naquela que foi uma das primeiras manifestações de massa contra a ditadura, a ‘Passeata dos Cem Mil’, decorrente da morte do estudante. (VENTURA, 2008, pp. 96-114) Em 1968: o

²¹ O Decreto-Lei nº 510/69, por exemplo, alterou o Decreto-Lei nº 314/67 em diversos artigos, inclusive os concernentes à Ação Penal sofrida por Carpeaux. Cf.: BRASIL. Decreto-Lei nº 510 de 20 de março de 1969. Altera dispositivos do decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967, e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 1º abr. 2015.

ano que não acabou, Zuenir Ventura relata assim o depoimento de Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis daquele contexto, sobre Carpeaux:

Vladimir Palmeira não se esquece do trabalho que deu aquele companheiro de 68 anos, insistindo em passar com o enterro pelo Palácio da Guanabara: ‘Ele queria exibir o corpo para o governador’.
– Imagina a situação – relembra Vladimir –, eu, o ‘radical’, tendo que dizer para o velho: ‘Não dá pé, Carpeaux, é provocação’.
Para convencer o renitente militante, o presidente da UME teve que usar um argumento técnico:
– O problema, Carpeaux, é que a gente já marcou com os sindicatos, os estudantes. Não dá para mudar sem consultá-los. (VENTURA, 2008, p. 97)

Ao que indica a primeira decisão da Auditoria da 5ª Região Militar (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 808-12), a contraface ilibada apresentada pelo depoimento de 1968 surtiu efeito. E, embora a decisão final deveu-se à incompetência legal daquela região militar para processá-lo e julgá-lo (de circunscrição aos estados de Paraná e Santa Catarina) (p. 1144-5), acreditamos que foi também pelo ‘renome’ e por uma certa imagem do ‘famoso articulista’ que os juízes-auditores se ativeram a encaminhar a sua absolvição:

[...]Ora, porque o episódio envolvesse tão somente jovens acadêmicos sem qualquer expressão política, viu-se no nome de Otto Maria Karpfen a oportunidade publicitária de atribuir fermento aquilo que não trazia dimensão. Assim é que, o trecho objeto de republicação, e retirado com uma pinça do original anteriormente levado a público, ensejou inclusão do famoso articulista no inquérito e, posteriormente, figuração entre aqueles

denunciados pelo Ministério Público Militar. (BRASIL NUNCA MAIS! DITIGAL, BNM nº 163, p. 808).

Afastado definitivamente do *Correio da Manhã*, Carpeaux ainda colaboraria para diários e semanários resistência à ditadura que surgiram entre o final dos anos 1960 e o início dos 1970. Igualmente, seu nome seria facilmente encontrado em processos e investigações que monitoravam e/ou censuravam tais publicações, como o aberto em virtude do lançamento do semanário *Opinião*²² (ARQUIVO NACIONAL, SECOM 50.289/73):

Atendendo ao despacho, supra, verifiquei os antecedentes das pessoas focalizadas no documento de fls. 2 [do 1º. número de *Opinião*], ou seja, a Diretoria e seus assistentes, sendo o que se registrava esta DSI também com relação aos colaboradores do referido semanário, citados às fls. 4; a seguir:

[...]

Otto Maria Carpeaux: jornalista e escritor. Elemento de grande atuação no PCB, tendo assinado vários manifestos e colaborado em diversos jornais, com artigos de cunho reconhecidamente subversivos.” (p. 9-11)

No combativo *Opinião*, Carpeaux assinou poucos artigos, alguns dos quais sob o pseudônimo de Jacobo de Giorgio, adotado do ‘seu’ personagem em *O espelho partido – roman à clef* publicado por Marques Rebelo entre as décadas de 1950 e 1960. Em um dos manuscritos de Carpeaux localizados no

²² *Opinião* foi criado em novembro de 1972 e extinto em abril de 1977. Tinha como diretor, Fernando Gasparin e como editor, Raimundo Pereira.

Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, podemos ler: “[...]Sou apenas personagem de ficção, desempenho papel secundário no último romance do nosso amigo Marque Rebelo. Mas não sou um fantasma. [...] Quer dizer, sou um velho jornalista. Sei como as coisas são. (CARPEAUX, OC Pi 05, s/d)

Poucos meses antes de morrer, Carpeaux reafirmaria a preponderância de sua atividade jornalística em relação às demais desenvolvidas ao longo de sua vida. Em rara entrevista, publicada no primeiro número da revista literária *José*²³, podemos ouvir os ecos da nota prévia lançada por Carpeaux em 1968, em que considerava encerrado o seu ciclo como crítico literário. (CARPEAUX, 1968, p. XIV) Paradoxalmente, naquele ano de 1976, o único espaço ocupado pelo austríaco-brasileiro na imprensa eram as páginas da *Revista Manchete*, especificamente integrando o projeto *As obras-primas que poucos leram*, de artigos sobre clássicos da literatura universal. Vejamos o que disse Carpeaux sobre sua atividade jornalística:

Sebastião Uchôa Leite: [...] Seus artigos no *Correio da Manhã* foram importantíssimos para toda uma geração.
Carpeaux: [...] Quais artigos?
S.U.L.: Exatamente os de doze anos atrás? [coligidos em *Brasil no espelho do mundo* e *A batalha da América Latina*]

Carpeaux: Ô Sebastião, estamos em 1976. Isso que você está falando, que poderia responder, mas é inútil, não é? Inútil, porque hoje, quando esses artigos seriam ainda mais necessários do que há doze anos, não posso mais escrevê-los. (JOSÉ, 1976, p. 09)

“Não posso mais escrevê-los”, acusa Carpeaux. Na sequência, inquerido por Uchôa Leite se repetiria tudo o que disse, se retomaria toda a sua luta intelectual, Carpeaux respondeu: “Sim, mas só que hoje, talvez, as consequências seriam desastrosas.” (p. 09) Tal qual havia sido a sua estratégia nos artigos de combate ao Golpe e à ditadura no *Correio da Manhã*, ao longo desta entrevista Carpeaux aproxima o passado europeu sob o nazismo à ditadura militar brasileira. No limite, ambos os regimes o impediram de exercer a atividade jornalística, na ampla acepção que dela fazia: “Porque jornalismo não é só o que se redige para o jornal. É qualquer atividade dirigida aos outros e tomando como ponto de partida a atualidade. Isso é verdadeiro jornalismo.” (p. 09)

Ainda hoje, pouco se sabe sobre o passado pré-*Anschluss* vivido pelo então Otto Maria Karpfen. Indagado pelos entrevistadores sobre o que fazia antes de aportar no Brasil, Carpeaux respondeu: “O que fazia era igual à atividade que desenvolvi aqui. No fundo, uma atividade jornalística. E o resto, mais ou menos enciclopédico, no mau sentido da palavra: um pouco disso e um pouco daquilo.” (p. 03)

Aquele que havia se tornado um “jornalista profissional por excelência” (p. 09), encontrava-se afastado da atividade que

²³ *José – literatura-crítica e Artes* foi uma revista bimestral, publicada pela editora Fontana, sob a edição geral de Gastão de Holanda. Durou apenas 10 números, de julho de 1976 a julho de 1978. No conselho de redação, agregou nomes como o de Antônio Bulhões, Jorge Wanderley, José Mindlin, Sérgio Cabral, Luiz Costa Lima, Sebastião Uchôa Leite. A entrevista concedida por Carpeaux foi conduzida por Luiz Costa Lima e Sebastião Uchôa Leite.

exercera em Viena e no Brasil, quando passou a escrever diariamente um ou dois editoriais para a página política do *Correio da Manhã*. Para além de sua produção ensaística e de crítica literária, na década de 1970 a imagem de Carpeaux estivera intimamente associada a esta atividade por excelência do fazer político – e de sua militância política.

Concordando com a periodização proposta por Marcos Napolitano quanto a construção social da memória sobre a ditadura, pode-se localizar já na década de 1970 uma autocrítica de muitos liberais que apoiaram o Golpe de 1964 e o próprio governo Castelo Branco (2015, p. 21), incluso a imprensa liberal. Todavia, tomamos a liberdade de relativizar a generalização de Napolitano nos apoiando no *timing* do revisionismo e da autocrítica como fator preponderante de diferenciação. A posterior autorrepresentação da imprensa como um *locus* de resistência à ditadura em seu aprofundamento pós-AI-5, como o fizeram praticamente toda a imprensa liberal brasileira nas efemérides de 40 e 50 anos do Golpe, guarda considerável diferença com um jornal que fomentou e se tornou um desses *loci* de resistência já nos primeiros dias do regime militar. No limite, a subsistência das demais publicações, mesmo sob o espectro da censura, comparada ao fechamento do *Correio da Manhã* e à perseguição a alguns de seus colaboradores, como Otto Maria Carpeaux, são bons indicadores desta diferença.

Referências

AFIRMAÇÃO, Maringá, 02/10/1967, p. 02. [“FMI – Fome e Miséria Internacional”]

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 5ª ed. Petrópolis: Ed.Vozes, 1986.

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado*. A última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BOSI, Alfredo. “Relendo Carpeaux”. In *Estudos Avançados* [online] vol. 27, nº 78. São Paulo, set./dez. 2013, p. 289. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200018>>, acesso em 19 mar. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, 13 de março de 1967. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 1º abr. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 510. Altera dispositivos do decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967, e dá outras providências. Brasília, 20 de março de 1969. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acesso em 1º abr. 2015.

BRASIL NUNCA MAIS! DIGITAL. Sumário do BNM 163. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/163.html>>, acesso em 30 mar. 2015.

CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no Espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CARPEAUX, Otto Maria. *A batalha da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CARPEAUX, Otto Maria. *Vinte e cinco anos de literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

CARPEAUX, Otto Maria. *OC Pi 05*, Produção Intelectual. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos Pessoais de Escritores Brasileiros – APEB. Fundo/Coleção: Otto Maria Carpeaux [s/d].

CARPEAUX, Otto Maria. *OC Dv. 01*, Convites de Formatura, 77 folhas. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Arquivos Pessoais de Escritores Brasileiros – APEB. Fundo/Coleção: Otto Maria Carpeaux [s/d].

CARVALHO, Aloysio C.C. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF/Editora NitPress, 2010.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Crônicas políticas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 31/03/1964, p. 01. [“Basta!”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 01/04/1964, p. 01. [“Fora!”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 03/04/1964, p. 01. [“Terrorismo, não!”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 04/04/1964, p. 01. [“Duas graves ameaças”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 07/04/1964, p. 01. [“Pilhagem”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 16/04/1964, p. 01. [“Ameaças e opinião”]

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 18/09/1964, p. 04. [“Os estudantes e a coincidência”]

COSTA, José Caldas da. *Caparaó - a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

COTTA, Pery. *Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CZAJKA, Rodrigo. *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira (1965-1968)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2005.

DINNES, Alberto e al. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro editor, 1964.

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 03/01/1967, p. 03. [“Rio: Filosofia cola grau com protestos”]

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 01/12/1967, p. 05. [“Artigo de Carpeaux provoca IPM”]

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 19/01/1968, p. 03. [“Formatura acidentada”]

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 30/11/2002, p. 02. [“Um basta no ‘basta’”]

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 19/11/2003, p. 02. [“O assombro das noites”]

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. 16ª. ed. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 01/12/1967, p. 15. [“Carpeaux depõe na DPF em inquérito prejudicado por erro do Coronel Ferdinando”]

JOSÉ – Literatura-crítica e arte, Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1976, pp. 03-09. [“Entrevista com Otto Maria Carpeaux”]

KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros e Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.

LATTANZI, José Renato. *Dragões de papel: o jornalismo impresso ante aos caminhos para o golpe civil-militar (1955-1964)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MOTTA, Luiz Eduardo P. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos – uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira (1962-1968)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15 esp., pp. 09-44, nov. 2015. <DOI: 10.5433/1984-3356.2015v8n15esp09>

NEVES, Ozias Paes. *Revista Civilização Brasileira: uma cultura de esquerda (1965-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 25/10/1963, p. 03. [“Palavras de Roberto Marinho, na locução de estreia da Rede”]

O SOL, Rio de Janeiro, 22/09/1967, pp. 10-11. [“E não tem Papai Noel”]

O SOL – Caminhando contra o vento. Direção Martha Alencar e Tetê Moares. Rio de Janeiro: Vemver Brasil, 2006 [produção]. 1 DVD (95 min).

PALMAR, Aluizio. “O caso das mãos amarradas’. Prisão e morte de um sargento nacionalista”. Disponível em <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisao-e-morte-de-um-sargento-nacionalista/>>, acesso em 19 mar. 2015.

PEREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos*. 2ª série. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTANA, Flávia Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SECOM nº 50.289/73 In *Arquivo Nacional*, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.294., 21 fls.

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Jurandir Machado da. *1964 – Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TAVARES, Flávio. *1961 – o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade*. 3ª ed. Porto Alegre: LP&M, 2013.

VASCONCELOS, Cláudio B. *A preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado em

História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3ª edição. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.